

ARTIGO

HISTÓRIAS ORAIS NO MUNDO DIGITAL

*narrações humanas
e mais do que humanas*

LEANDRO SEAWRIGHT

Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
leandro.fflch@usp.br
orcid.org/0000-0001-9561-6390

O artigo analisa parte das transformações da história oral na era digital, abordando de que modo tecnologias como entrevistas remotas, algoritmos e inteligência artificial reconfiguram sua prática metodológica. Discute-se a tensão entre a memória e os riscos de banalização do testemunho ou da colonialidade digital, que reproduz hierarquias temporais eurocêtricas. O texto propõe uma abordagem relacional que inclua não apenas humanos, mas também não humanos, enfatizando conceitos como “memória de expressão oral”, “comunidade de destino”, “pós-antropocentrismo” e “temporalidades múltiplas”. A história oral não passa incólume no contexto digital, demandando reflexões críticas sobre autenticidade, ética e justiça memorial, sem abandonar seu potencial por políticas públicas ou proteção de direitos.

História oral – metodologia – pós-antropocentrismo – temporalidades múltiplas

ARTICLE

ORAL HISTORIES IN THE DIGITAL WORLD

*human and more than
human narratives*

LEANDRO SEAWRIGHT
Universidade de São Paulo
São Paulo | São Paulo | Brasil
leandro.fflch@usp.br
orcid.org/0000-0001-9561-6390

The article analyzes some of the transformations of oral history in the digital age, addressing how technologies such as remote interviews, algorithms and artificial intelligence reconfigure its methodological practice. It discusses the tension between memory and the risks of trivializing testimony or digital coloniality, which reproduces Eurocentric temporal hierarchies. The text proposes a relational approach that includes not only humans, but also non-humans, emphasizing concepts such as “memory of oral expression”, “community of destiny”, “post-anthropocentrism” and “multiple temporalities”. Oral history does not go unscathed in the digital context, demanding critical reflections on authenticity, ethics and memorial justice, without abandoning its potential for public policies or the protection of rights.

*Oral history – methodology – post-anthropocentrism – multiple
temporalities*

INTRODUÇÃO

Se as histórias orais são derivadas do que se denomina de *memória de expressão oral*, seria possível argumentar que a composição da chamada *história mais do que humana* colocaria termo às possibilidades de histórias faladas? Em parâmetros outros, as narrativas *mais do que humanas* representariam uma forma nova de fragilidade metodológica à história oral, e, sobretudo, ao próprio tónus testemunhal da memória? De que forma, então, as histórias orais e as culturas digitais distendidas para além do humano seriam conseqüentes para a história oral?

Começo esclarecendo o que compreendo por história oral e qual é a definição, entre outras, de pós-humanismo que considero adequada. Tais definições não invalidam, é claro, as diferenças tão desejáveis no debate de muitas vozes. História oral pode ser

um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. O projeto prevê planejamento das gravações, com indicação de locais, tempo de duração e demais fatores contextuais, bem como o tratamento a ser dado: estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso. O projeto estabelece parâmetros para eventuais análises das histórias ou disponibilização de entrevistas inteiras; arquivamento ou criação de bancos de histórias e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem, em primeiro lugar, ser devolvidos ao grupo que gerou as entrevistas (Meihy; Seawright 2020, 27).

Por seu turno, as humanidades pós-antropocêntricas ou *mais do que humanas* podem ser definidas como

Um conjunto institucionalizado de tópicos de pesquisa, técnicas e interesses que deriva seu *ethos* do movimento intelectual e postura ética chamado de pós-humanismo. Esta postura ética pode ser entendida como uma variedade de abordagens que reaviva o legado das ciências humanas após o humanismo, buscando linhas não antropocêntricas ou anti-antropocêntricas de investigação (Domanska 2013, 10).

Se a história oral pode ser também um gesto humanizador e profundamente ligado à memória verbalizada, a história *mais do que humana* é um esforço para superar o antropocentrismo: uma atitude que apresenta o humano como o “centro do mundo, desfrutando de hegemonia sobre os outros seres e funcionando como mestres de uma natureza que existe para servir às suas necessidades” (Domanska 2013, 10).

Seria possível colocar ambas as coisas lado a lado desde as culturas digitais? Convém conceituar, com Rodrigo Bragio Bonaldo, o que são os mundos *mais do que humanos* no que tange às relações possíveis com os computadores:

O conceito de mundos “*mais do que humanos*” tem sido utilizado em campos como a história ambiental, a sociologia da tecnologia e a dos algoritmos, e também nos estudos culturais e na teoria da história [...]. Uma história *mais do que humana* não seria, portanto, uma história não humana — como se a disciplina pudesse se desinteressar por seres humanos — mas, simplesmente, uma história que, assumindo uma perspectiva relacional, não se limita a ser uma ciência dos *homens* no tempo [...] É na interação entre humanos e computadores — “human-computer interactions”, ou HCI —, que busco compreender a emergência de experiências relacionais constitutivas do que chamo de uma história “*mais do que humana*” (Bonaldo 2023, 3).

Verifica-se, com o excerto de Bonaldo, que a relação da história mais do que humana entre usuários e computadores não pressupõe adesão à certa história não humana. No caso dos computadores, a interação entre seres humanos e máquinas ocorre por meio do contato direto com as possibilidades do mundo digital. Tudo isso acontece quando é possível delinear a sociedade digital como aquela que “emerge planetariamente da revolução digital iniciada na última década do século XX”, sendo oportuno ponderar que ingressamos efetivamente na sociedade digital quando “os recursos tecnológicos e informáticos difundidos pela revolução digital passam a atingir de formas diversas, e de maneira espalhada e decisiva, a maior parte das populações do planeta e em todos os níveis sociais” (Barros 2022, 11).

A partir da década de 1990, a popularização da internet, a disseminação dos telefones celulares e o avanço das tecnologias digitais acessíveis contribuíram decisivamente para o processo de globalização, acelerando a circulação de informações e conectando diferentes contextos culturais ou mesmo intelectuais. Nesse cenário globalizado, tornaram-se mais evidentes determinadas crises no campo da historiografia, especialmente relacionadas às suas formas tradicionais de produção e validação do conhecimento histórico. Georg Iggers (2010, 106) observou que eventos como a queda do Muro de Berlim e o colapso do bloco soviético não apenas marcaram transformações geopolíticas, mas também repercutiram significativamente nas práticas historiográficas. Essas transformações, mediadas por novas tecnologias e pela lógica da globalização, impactaram inclusive a história oral, que passou a lidar com novas formas de registro, difusão e escuta da memória — evidenciando crises próprias ligadas à autoridade, à mediação e à multiplicidade de vozes.

A *primeira crise* foi associada ao cronótopo do final do século XX, isto é, ao domínio do presente sobre próprio presente (Hartog, 2015). A *segunda crise* se relacionou à saturação do ambiente intelectual moldado pela ascensão do *linguistic turn* originado no mundo anglo-saxão e o paulatino “retorno às coisas” para dizer como Ewa Domanska (2006, 338)¹. A *terceira crise* emergiu, pois, da “incerteza sobre as incertezas”, evidenciada pela instabilidade do representacionalismo ou mesmo do narrativismo como elemento analítico suficiente nas ciências humanas e sociais (Kuukkanen 2015, 50; Simon 2019, 71 – 75).

Para a disciplina história e para a história oral, o problema é entrar em contato com o “outro”, que implica estabelecer relações ampliadas: tanto com humanos, quanto com não-humanos (Simon; Tamm 2021, 79 – 80). Significa, inobstante, compreender a ambiência tecnológica, a sociedade digital e as inteligências artificiais que impõem repensar intersecções com a matéria do presente. No caso da história oral, o homocentrismo ou o antropocentrismo, referido por Chakrabarty, sequer precisou ser naturalizado e não foi necessário fazer afirmações parecidas com aquela de Marc Bloch (1952, 29) sobre a disciplina histórica: a “ciência dos homens no tempo”.

Para a história oral, o homocentrismo quase sempre grassou, posto que o ser humano evidentemente *fala*, e, se *fala*, tem a primazia para contar a própria história ou a história de seus “outros”. A *fala* não seria possível sem seu “outro” e sem o “outro” do seu “outro”: as diversas formas de existência. E sequer seria possível pensar em história oral sem projeção da fala, que não é outra coisa do que uma forma de *futuro elaborado de antemão*: de dentro para fora. Isto é, uma *projeção* que se torna *prospecto* porque, antes da *fala*, há expectativa de *fala* da

¹ Todas as traduções de textos em língua estrangeira ao longo deste trabalho são livres e de minha autoria.

experiência escutada por ouvidos *presentes*. Ser animal falante, contudo, não deveria se tornar motivo de preterição de outros animais ou de coisas que não falam, sob o risco da reinvenção provocativa da improvável fórmula: *falo, logo existo*.

Só é possível fazer história oral porque alguém conta uma história. No entanto, é crucial destacar que a história oral vai além da simples realização de entrevistas. Ela não se confina à produção de fontes inéditas organizadas de forma hierárquica. Nem se estabelece, atualmente, somente como uma maneira de preencher “lacunas documentais”. A história oral depende intrinsecamente das entrevistas, por lógico. Diante do exposto, surge uma questão inevitável: como incorporar referências a seres não humanos, à natureza ou à tecnologia em memórias que, por definição, envolvem perspectivas e projeções humanas?

Quando Jouni-Matti Kuukkanen (2015) provocou a questão de saber se o clima intelectual posterior ao narrativismo literário ocasionou uma atmosfera pós-narrativista, não deixou de chamar de forma tácita a atenção sobre as narrativas faladas. O problema, de outro relance, não seria mais somente aquele de “*dar ouvidos*” aos elencos de “novos sujeitos” da história ou mesmo o de provar que as fontes orais são confiáveis, como era frequente no debate brasileiro da década de 1990.

Demonstrando-se razoável o argumento do pós-antropocentrismo e da descentralização das narrativas também no âmbito da história oral, seria possível colocar, nada distante, o questionamento sobre o eventual fim da história oral em razão do caráter humano inafastável da memória de expressão oral. Mas, se é assim, o que explica o sucesso crescente das histórias de vida, inclusive no *sul global*, e a expansão da memória em cronótopos digitais?

Embora existam incursões teóricas sofisticadas na relação possível entre história oral, humanidades digitais e história digital — conforme revisão bibliográfica introdutória constante em *História oral e sociedade digital* (Seawright; Maceno 2023, 507 – 510) —, ainda resta a oportunidade de questionar se seria concebível transcender a ideia silenciosa de que as entrevistas remotas esgotam as potencialidades entre a história oral e as culturas digitais. Com o avanço da sociedade digital e as demandas éticas, seria razoável estabelecer como limite a simples realização de entrevistas remotas?

Reconheço que, por suposto, a realização de entrevistas remotas segue sendo importante no caso de grupos espacialmente distanciados e que, de outro modo, tais parcelas não seriam escutadas em diálogos provocados por projetos de história oral. De semelhante modo, compreendo a importância das entrevistas remotas durante e depois da pandemia de Covid-19. Ao mesmo tempo em que posições empiristas convencionais seguem sendo comuns no âmbito da história oral (tenho criticado de forma corriqueira o pensamento instrumental!), as culturas digitais impõem a necessidade de repensar a história oral disciplinada a partir do ser humano em articulação com os componentes mais do que humanos. Daí, compreendo a inscrição da história oral aplicada, que não abdica de ser implicada em compromissos sociais significativos.

Implicada porque a sociedade digital é uma sociedade de riscos. Importa avocar Niklas Luhmann, para quem os riscos são formas de “descrições presentes do futuro, sob o ponto de vista de que se pode decidir [...] por uma ou outra alternativa” (Luhmann 1998, 71). Essa questão dos riscos e ameaças do período posterior à globalização foi assinalada por Dipesh Chakrabarty (2009, 204): os riscos e ameaças latentes remetem à “questão de seres humanos habitarem juntos num mundo global quando a tecnologia transforma o planeta numa rede de conexões”.

Há uma duração que não pode ser elidida da sociedade de riscos: afinal, houve algum momento na história dos países do *sul global* em que não se estivesse sob constantes riscos da colonialidade mesma?

HISTÓRIAS ORAIS E MEMÓRIAS NO MUNDO DIGITAL

As histórias orais nem sempre resultam da metodologia da história oral, posto que *fontes orais* abrangem séries variadas e alternantes de outras possibilidades sonoras. Fontes orais, *lato sensu*, incluem, por exemplo, rituais cantados, poemas declamados, receitas chamadas de tradicionais ou mesmo cantigas de roda que nem sempre constam de projetos característicos da moderna história oral. Reverso disso, embora não distante da matéria de que são feitas as culturas ecoadas, a moderna história oral provoca entrevistas quase sempre planejadas. Ainda que a presentificação do distante e o distanciamento do presente sejam possibilidades do digital, as histórias orais podem articular com culturas digitais maneiras diversificadas de manifestações da memória.

O evidente é que ser entrevistado à distância pressupõe outra relação com o entrevistador: uma “história oral entre-telas”, por assim dizer, não supõe ainda o *olho no olho* sem a mediação de câmeras; não supõe, ademais, os odores, as experimentações do espaço físico e a fala escutada sem as consequências sonoras da captação da voz humana. A *fala* de quem *fala*, contudo, distante do solipsismo talhado na modernidade, pertence à certa *comunidade de fala* que não é outra além de uma *comunidade de memória*.

Quando alguém fala para uma câmera, entretanto, direciona-se, em primeiro lugar, para, entre outros aparelhos, o computador ou para o smartphone. Mesmo que se possa questionar a possível relação gélida ou estanque com as máquinas, o pressuposto da interação humano-computador é algo mais do que humano. Decerto, não é algo menos do que humano: porque existe um diálogo e a presença mediada do outro. Há sempre memórias esparramadas que, gradualmente, ganham o cronótopo do mundo digital. Em todo caso, a *comunidade de memória* se insinua nas presenças de entrevistador e entrevistado.

Sob as consequências do importante marcador historiográfico de *Les lieux de mémoire* (Nora, 1984), seria possível inferir realmente que em razão do suposto afastamento da memória viva, oral e coletiva à maneira de Maurice Halbwachs (1950), tornou-se possível “criar estratégias de conservação, arquivos, gravações, vídeos e centros memória”? (Gagnebin 2020, 203). É mesmo somente em razão da perda ou do risco da perda que se conserva, que se comemora e que se constitui o patrimônio? Ou seria em função da presença reiterada das “ausências já ausentes”? Percebe-se que o tensionamento com a matriz fenomenológica, por meio da ponderação sobre os objetos e máquinas, não dispensa as relações estéticas ou subjetivas instauradas na memória viva dos humanos.

Jeanne Marie Gagnebin (2020, 203) argumentou que “essa tendência a uma conservação exaustiva é também a de uma historiografia acadêmica cuja erudição estéril Nietzsche já denunciou, na *Segunda consideração intempestiva* [...]”. Nesse sentido, a definição do gesto memorial como certo “gesto de preservação atesta certamente uma preocupação de respeito, até de piedade, mas tende a secar a força de vida desse ato, transformando a memória numa prática de embalsamento” (Gagnebin 2020, 203). No que tange à preservação dos dados como uma espécie de tentativa de “redenção da memória” ou de “salvamento generalizado”, emergiu uma curiosa coexistência mnemônica: esquecemos por

lembrar e lembramos por esquecer. A sofisticação desse movimento foi capturada por Harald Weinrich (2021, 281) ao recordar que, portanto, “armazenado, quer dizer, esquecido”. Isto é, o gesto de conservar pode se aproximar mais do esquecimento organizado.

Sem ser embalsamada, matéria de retenção, cadavérica, *ars memoriae*, ou mesmo *objeto*, “a memória não é, de fato, um mero repositório de dados a partir do qual se recuperam informações, mas um processo em constante elaboração cujas modalidades devem ser estudadas” (Portelli 2009, 3). É evidente que a conservação, a preservação e a patrimonialização não desfazem o *cimento comunitário da memória*, o amalgama que constitui as relações; que, então, a importante experiência francesa não se apresenta homogênea para o restante do mundo. Sequer há motivos para “desembalsamar a memória”, posto que o *artefato mnemônico* não preserva o passado estático, inercial ou inamovível como fosse corpo de um morto digno de receber comemoração.

Paul Ricoeur ainda considerava, quando publicou *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, a dimensão pública da memória: “perturba-me o inquietante espetáculo que apresentam o excesso de memória aqui, o excesso de esquecimento acolá, sem falar da influência das comemorações e dos erros de memória — e de esquecimento” (Ricoeur 2007, 17). Desse modo, depois de sua enxertia hermenêutica pela via longa analisada de forma minudente por François Dosse, Ricoeur assumiu a “ideia de uma política da justa memória” como tema cívico.

Noto, contudo, que *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, obra bastante contestada à época de seu lançamento, não prescindiu de argumentos posteriormente apresentados no artigo *La marque du passé* (2012). Paul Ricoeur (2012, 331) abalizou, em seu artigo, que

A fórmula de Aristóteles, que gosto de repetir: “A memória é do passado”, não necessita mobilizar o futuro para dar sentido a sua afirmação. O presente, é verdade, está implicado no paradoxo da presença da ausência, paradoxo comum à imaginação do irreal e à memória do anterior [...]. Mas, de alguma maneira, o futuro é colocado entre parênteses. Não é o que acontece quando procuramos uma lembrança, que nos entreguemos ao trabalho de memória, ao culto da lembrança?

Defendendo que a investigação do passado histórico, como disse, não implica mais do que três posições temporais: “a do evento-alvo, a dos eventos intercalados entre este e a posição temporal do historiador, e, enfim, o momento da escrita da história”, Ricoeur (2010, 332) sustentou existirem três gestos lapidares: “dois no passado e um no presente”. Ricoeur (2010, 332) assumiu de forma mais direta que, desse modo, “não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela. Tratava-se da inversão nada sutil da matriz da história pelo fundamento e pela crítica da memória.

Ressalto que somente em uma leitura desatenta de *Temps et Récit* e de *La mémoire, l'histoire, l'oubli* é possível depreender que Ricoeur não tenha versado sobre o futuro. Sua preocupação com o futuro é distinta em diferentes escritos, inclusive em *La marque du passé* em que disse que se propôs a “conjuguar a tríade passado-presente-futuro com a tríade do próprio, do próximo, do distante” (Ricoeur 2010, 341). Na sequência, considerou que “a dívida é o fardo que o passado faz pesar sobre o futuro e que o perdão gostaria aliviar”, mas “este fardo pesa sobre o futuro” porque a dívida obriga (Ricoeur 2010, 341). Ora, se dívida é algo que se fez no passado e cujos efeitos operam no futuro, é possível afirmar que a memória tem uma presença incontornável ou prefigurativa do futuro.

Ao longo do tempo, a história oral tem se dedicado à superação da noção vertical de *dar voz* às pessoas que não teriam voz para uma inclinação mais sensível: dar ouvidos àqueles que de alguma forma têm voz, embora às vezes não sejam escutados. A dívida primeiro, depois a dúvida: ainda é possível escutar no mundo digital ou podemos apenas ouvir vozes como produto de certa multivocalidade difusa?

Nesse caso, somadas às preocupações cívicas de Ricoeur, as marcas profundas da memória e à concepção da “justa memória” ou o problema do perdão, Pedro Telles da Silveira abordou de maneira profícua, que não convém à história oral em tempos digitais a percepção de que existe uma *guerra de pessoas que não se escutam* na internet. Operando nos fios do esquecimento — um esquecimento mais volumoso e diretamente proporcional ao fabrico de dados (dados são, obviamente, vestígios humanos) —, importa considerar a algoritmia como incidente sobre novos quadros sociais da memória digital. Algoritmos não deixam de mover os jogos políticos com base em perspectivas econômicas, sociais, políticas, entre outras.

Ao discutir a separação da história e da memória ao longo do estatuto disciplinar, e depois de analisar o *memorial boom* da década de 1980, María Inés Mudrovcic ponderou que a

história oral, que surgiu após a Segunda Guerra Mundial e ganhou um impulso significativo nas décadas de 1960 e 1970, usou a lembrança pessoal como a principal fonte de registro do que ocorreu. A função da lembrança era fornecer informações sobre as experiências da testemunha, e seu status epistêmico era semelhante ao de qualquer documento, seja ele escrito ou material. O historiador, portanto, transformava o testemunho em conhecimento histórico (Mudrovcic, 2024, p. 13).

Ainda que diversos historiadores orais ou oralistas tenham utilizado de gravadores digitais e recursos para armazenamento de mídias digitais em suportes variados, assim como atualmente o fazem em relação ao armazenamento nas nuvens, somente nos últimos anos alguns expoentes passaram a considerar de forma mais atenta a sociedade digital (Seawright; Maceno 2023, 507 – 510). Vale destacar, então, a frase de Douglas A. Boyd e Mary A. Larson para a compreensão da história oral nos Estados Unidos da América ou mesmo no Brasil: “foi da tecnologia que nasceu a história oral” (Boyd; Larson 2014, 2).

Nesse caso, proponho que de forma equilibrada a história oral — nascida da tecnologia — nem se entusiasme de forma acrítica com as possibilidades do mundo digital, tampouco negligencie as novas manifestações dos *gêneros narrativos na web*: as *histórias de vida*, as *histórias orais temáticas*, as *histórias orais testemunhais* e mesmo as *tradições orais* (dos povos indígenas ou quilombolas).

Alistair Thomson, por sua vez, assegurou a existência de certa “revolução digital do final dos anos 1990 e início dos anos 2000”, sentida no âmbito dos estudos de *memórias verbalizadas* (2007, 50). De igual forma, Anita Lucchesi sublinhou o papel da história pública digital em sua relação com o presente, a oralidade e as chamadas *Tecnologias da Informação e Comunicação* (2022, 49). Ainda que tenha reconhecido, em suas palavras, a existência de uma “miríade de questões a serem exploradas”, Lucchesi elegeu como prioridade a “crescente midiaticização de testemunhos orais na web” (2014, 40).

Refletindo sobre o “potencial de ampla divulgação dessas memórias na nova esfera pública da internet” a partir de casos bastante concretos, a produção de conhecimento, disse Lucchesi, não “se dá pela simples existência e publicação desses testemunhos, mas por meio de uma necessária prática historiadora a partir

desses testemunhos, que compreenda como evidências para uma história — oral que seja” (2014, 49). É possível valorizar, portanto, a experiência de “digitalização das entrevistas originalmente gravadas em fitas magnéticas analógicas”, conforme disse Alberti já na 3ª edição do seu *Manual* publicado em 2013. De maneira análoga, os suportes nato-digitais são instigantes e sequer necessitam de procedimentos para se tornarem o que desde a origem são.

Seria suficiente, por outro ângulo, disponibilizar as histórias orais na internet, divulgá-las em profusão ou as ciberculturas incluiriam outras formas de inteligências historiadoras?² Evidentemente, a disponibilização de histórias cumpre com parte da função pública da memória cívica, mas as possibilidades se alargam quando da possibilidade de algoritmos e inteligências artificiais se tornam mais evidentes.

O “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” não prescindem da memória que, por sua vez, deixa de ser apenas do passado, sendo também do *futuro* (Levy 1999, 264). Se a recordação é capaz de fazer da memória algo mais do que mera informação ou armazenamento, conforme se depreende de Aleida Assmann (2011, 24), é certo que seu comportamento não se limita às aparições espectrais no modelo fantológico de Ethan Kleinberg (2017) embora o passado esteja arraigado ao presente. Sem ingenuidade ou adesão ao “futurismo progressista” de outrora — ao *desenvolvimentismo voraz* —, a história oral, na sociedade digital, atua inclusive como *prospecto*, na medida em que prescinde de desconsiderar os riscos referidos por Simon e Tamm.

Dominick LaCapra (2023, 131), ao tratar sobre a relação intrincada entre trauma, história, memória e identidade, propôs o caminho da correção pelo inverso: a “pesquisa histórica baseada em fontes escritas e fontes documentais relacionadas a elas pode contestar ou corrigir a memória individual ou coletiva, mas o oposto também pode ocorrer”. Dessa maneira, o primeiro caso “tem em geral sido a ênfase muitas vezes cogente de historiadores”, porém, “sem desmerecer o valor e a importância da pesquisa de arquivos”, LaCapra (2023, 131–132) decidiu se “concentrar na última possibilidade, isto é, a de a memória colocar questões à história (ou à historiografia)”.

Havendo restrições por todos os lados, tanto em nome de certo empirismo resistente, quanto das dificuldades duráveis para consolidar o campo historiográfico e os estudos de *memórias faladas*, pondera-se ser equânime que a historiografia apresente questões à memória, assim como a *memória verbal* indique problemas à historiografia. A complexidade resta acentuada quando a teoria da história e a historiografia convergem com a sociedade digital:

² Segundo se sabe, O CPDOC/FGV tem “200 fundos, totalizando cerca de 1,8 milhão de documentos” abertos à consulta pública — contendo em torno de 1.000 entrevista com aproximadamente 5.000 horas de gravação”.

[...] os testemunhos ganharam destaque especial, como gênero que perpassa o oral e o escrito. A gravação em vídeo levanta a questão do digital e de seu estatuto como fonte em que o oral e o escrito têm interação sustentada, por exemplo, no artigo, vídeo ou blog on-line, que ativam numerosos comentários feitos mais ou menos de improviso, que muitas vezes têm o sabor de respostas orais [...]. Uma testemunha presta testemunho ou relata de que modo experimentou os eventos, e é essa experiência, com sua ‘autenticidade’ *prima facie*, que às vezes não pode ser acessada de outro modo. Testemunhos orais são, é claro, suplementados por relatos escritos, como diários e textos memorialísticos, e as possíveis discrepâncias entre eles constituem um objeto especial de análise crítica (LaCapra 2023, 143 – 144).

Ressalte-se, pois, que “junto à maneira como a memória pode complementar de forma precisa ou mesmo corrigir a história escrita e suas bases arquivísticas padrão, até mesmo os ‘truques’ da memória e as razões de sua ocorrência são em si objetos válidos e valiosos do escrutínio histórico e crítico” (LaCapra 2023, 144). Daí se conceber que as fontes derivadas da história oral são documentos peculiares e, ainda mais, quando disseminadas por meio de recursos digitais.

HISTÓRIA ORAL, PÓS-ANTROPOCENTRISMO E TEMPORALIDADES

A voracidade empírica com que se faz história oral nem sempre abrange, sem embargo, a crítica sobre os protocolos de manuais ou de pesquisas. Corre-se o risco da transposição do reconhecido valor empírico das histórias para atitudes empiristas, realistas ou até mesmo mecanizadas: gravar, transcrever, arquivar e fabricar uma análise — na melhor das hipóteses. No calor do presente, resta a percepção de que as pessoas estão cada vez mais interessadas em histórias de pessoas (Seawright, 2023).

Com frequência, é possível deixar de perceber que até mesmo a disposição crônica da pesquisa entre gravar, transcrever, textualizar, transcriar e arquivar ou produzir um banco de histórias, além de fabricar uma análise, pode se tornar algo linear, prescritivo. Em contato com as possibilidades oferecidas pelo mundo digital, a sedução por realizar entrevistas remotas pode aumentar o número de histórias e alimentar os acervos digitais, possibilitando a melhor disposição de entrevistas publicizadas. A *entrega* de testemunhos com estímulos ao “consumo do trágico” pode, de outro ângulo, ocorrer na mesma velocidade em que se pede comida pelo aplicativo ou que se realiza uma compra pela internet. Daí o risco da precariedade das coisas ou da trivialização da história da dor feita para “consumo”.

No entanto, os excessos de memória pela via digital implicam não apenas o risco de banalização do testemunho quando não tratados criticamente, mas também o da interdição da escuta provocada pelo excedente de vozes. Quem é capaz de escutar quando todos falam o tempo todo ao mesmo tempo? Outra ameaça costumeiramente negligenciada é aquela que considera a inserção de diferentes sujeitos no campo heteroglota da história oral, sem os compreender como partícipes de projetos mais ou menos emancipatórios.

Minha hipótese é que tais riscos se consubstanciam em razão da superveniência, ou do *eterno retorno*, da mesma temporalidade linear, vazia, homogênea descrita por Walter Benjamin, mas também por pensadores contemporâneos da história como, entre outros, Mudrovcic e Mario Rufer (2014, 11 – 31); da indistinção *comunitária* que percebe o outro como se fosse o

mesmo. Se essa hipótese for tangível, é possível inferir que eventuais déficits de compromissos ético-político com a “memória justa” podem resultar na precariedade do impacto público da história oral.

Se Hélio Rebello Cardoso Jr, Mudrovcic e Achim Landwehr, disseram que as “múltiplas temporalidades” são tendências da “nova metafísica do tempo histórico que decorre da prolífica teoria temporal de Reinhart Koselleck” (2023, 6), Marlon Salomon tratou de perfazer, em linhas sintéticas e cuidadosas, a história da cronologia, das abordagens retilíneas, e, depois, de suas ruínas impostas pela emergência do conceito de heterocronia.

Segundo Salomon, “há algumas décadas, o tempo histórico pluralizou-se”, porque “declinou do singular por meio do qual os historiadores habituaram-se a reconhecê-lo e irrompeu em novas formas, múltiplas, variadas, policrônicas” (Salomon 2018, 9). Como corolário, Salomon argumentou que a “pluralidade de histórias e de temporalidades não podia mais ser homogeneizada nas histórias globais ou gerais da civilização” (Salomon 2018, 9). Quando se lê o percuciente texto de Salomon, sua coesa fundamentação e seus desdobramentos em torno do conceito de heterocronia, é possível sentir amadurecimentos na compreensão temporal de circuitos historiadores.

A matriz temporal de Koselleck, suas virtudes e seus desdobramentos, contudo, foi recepcionada de forma plurívoca. Seria possível avocar as obras de diferentes historiadores e teóricos da história para compreender a matriz temporal das múltiplas temporalidades em Koselleck, tais como Helge Jordheim (2014), Stefan Helgesson (2014), Achim Landwehr (2012), Zoltán B. Simon e Marek Tamm (2023); Elías Palti (2019), Rodrigo Turin (2019), além de Inclan e Valero (2017), entre outros.

Helgesson criticou o que disse ser os elementos eurocêtricos da matriz temporal em Koselleck, ao mesmo tempo, em que cuidou para questionar a homogeneização temporal própria da modernidade (Cardoso Jr; Mudrovcic; Landwehr 2023, 7; Helgesson 2014, 548). Landwehr criticou a sincronização do tempo histórico apresentada por Koselleck por perpetuar, segundo o autor, uma “dissonância diacrônica” que impõe uma visão eurocêntrica e cronocêntrica da modernidade (2012, 22).

Simon e Tamm avançaram no conceito de “futuros históricos”, uma perspectiva que expandiu as múltiplas temporalidades propostas por Koselleck, ao afirmar que o âmbito histórico não se limita ao passado por incluir de forma decisiva o futuro (2021, 11 e 131). Eles defenderam que, no contexto da crise da modernidade, o futuro não pode ser entendido como uma simples continuidade do passado, mas como uma força disruptiva. Semelhantemente, o “progresso técnico” contribuiu para uma nova interação entre o tempo histórico e o natural, gerando a historicização deste último ao desafiar a tendência moderna de desvincular história e natureza. Com a introdução da “temporalidade eventual”, essa teoria propôs reformular a compreensão de mudanças históricas e pretendeu reorganizar a relação entre passado, presente e futuro. Propôs-se, assim, uma filosofia renovada da história (Cardoso Jr; Mudrovcic; Landwehr 2023, 7).

Assumir que o tempo é múltiplo, plurívoco, polissêmico e, consequentemente, mais inclusivo; que a história oral é polissêmica, heteroglota e que na sociedade digital pode ser mais inclusiva e emancipadora, não são resultados certos de posições dadas *a priori*. Em perspectiva epistemológica, é razoável obviamente que as temporalidades sejam relidas em sua multiplicidade, o que não é garantia alguma da relação. Seria algo exitoso se a “microtemporalidade técnica” participasse de uma das formas de múltiplas

temporalidades, sintetizasse angústias ou tensões decorrentes da noção de “controvérsias”, de “raiva” e de “perdão” bem urdidas por Silveira em “*Lembrar e esquecer na internet*”. Mas não é assim. A “microtemporalidade” pertence inicialmente à técnica.

A “microtemporalidade técnica”, elaborada por Wolfgang Ernst (2016, 661), reportou às mídias tecnológicas que “sempre ocorrem no tempo, uma vez que somente se tornam operativas quando atualizadas” (Silveira 2021, 303). Há o tempo técnico, portanto, que é o tempo de operação dos aparelhos, assim como há o tempo social ou histórico, baseado na “continuidade e na duração”, bem como na ideia de “repetição”, conforme Silveira (2021, 303). Se o tempo social seria “intersubjetivo”, o tempo técnico seria “interobjetivo” (Silveira 2021, 303). No entanto, trata-se de dois tempos diferentes ou são dimensões do *mesmo* (Oliveira 2023)?

Com Rodrigo Bragio Bonaldo, é possível compreender as interações humanas e não humanas, ou mais do que humanas, considerando também a interação entre seres humanos com computadores, do ponto de vista da agência temporal (2023, 3). Silveira, entretanto, dimensionou seu debate para a interação entre pessoas, para a “esfera pública” e para o “perdão”, ao mencionar, entre outros, expoentes como Ricoeur, Vladimir Jankélévitch e Berber Bevernage. Destaco não o que foi conhecido nas obras profícuas dos autores citados, mas a frase escorregadia — entre pessoas e máquinas —, que Silveira deixa entrever: “as políticas da memória são também políticas do tempo” (2021, 316).

Dessa forma, tanto a memória, quanto a política se articulam na temporalidade entre seres humanos e máquinas ao provocarem a questão de saber se com essa articulação multitemporal se pode garantir maior emancipação ou a crítica de políticas temporais excludentes. Concordando com Silveira, remeto a problemática à reflexão de Mudrovcic:

Mesmo quando a história se torna inclusiva, por meio da multiplicação de sujeitos, o lugar político que eles adquirem por meio do discurso é necessariamente degradado. E se nessa historiografia são funcionais as demandas por reconhecimento, é porque os próprios sujeitos se identificam, no discurso que os constitui, como excluídos e subordinados. Isso quer dizer que, ao se constituírem como sujeitos das historiografias, eles adquirem, *ipso facto*, uma representação política subordinada dentro do próprio discurso, ou seja, são sujeitos de ‘segunda classe’. Neste trabalho, parto da convicção de que essa situação é produzida pela relação íntima entre o tempo histórico e a hierarquia, ou seja, o pressuposto temporal subjacente à história é o que permite que ela opere politicamente, excluindo as alteridades que o próprio discurso história torna visíveis (Mudrovcic 2023, 361).

O paradoxo é a exclusão por meio da inclusão: os “outros”, diz Mudrovcic, os “subalternos, os racializados, os povos nativos, a natureza, a magia — tornam-se visíveis na medida em que são excluídos como consequência do tempo linear, homogêneo, absoluto, vazio e externo aos eventos nos quais a história está inscrita” (2022, 361). A exclusão das relações do presente — desse agora envolvente, sedutor e perigoso, que traduz inclusive o mundo digital — é parcela das “políticas do tempo”.

Sob o pedestal crônico do projeto moderno, os “outros” continuam sendo, *on-line*, aqueles “atrasados ou primitivos”; aqueles habitantes de “países colonizados”, “cidadãos fracassados”, “transitórios”, “racializados” e “mestiços” que já eram *off-line*. No entanto, a simultaneidade do simultâneo (os tempos ocidentais) e do não simultâneo (os tempos não ocidentais), que subsiste inclusive no digital, tem o poder de agravar o projeto crônico da colonialidade.

Pode-se dizer, então, que a colonialidade pode ser digital (Faustino; Lippold, 2023). Por isso, a multiplicidade temporal nasce da “violência de querer ‘ler’, de tornar os outros visíveis com a gramática do mesmo”, através da sincronização de temporalidades múltiplas, mas derivadas de uma matriz estruturante eurocêntrica (Mudrovcic 2023, 361).

Entendidas como avanços (e avanços são teleológicos!), a multitemporalidade põe em evidência a direcionalidade alternada do *porvir*. Aquilo que Salomon e os autores da obra *Heterocronias* saúdam com maestria, a multitemporalidade, ainda possui a injeção da matriz ocidental, que, subsumida pelo digital, promove a sensação de inclusão do “outro”, estabelecido a partir do “centro”. A sincronização das temporalidades se dá a partir do epicentro da Europa ocidental, como que numa irradiação, *in real time*, para as bordas do mundo ou pela atuação de algoritmos, ou de inteligências mais do que humanas.

Ao mencionar Chakrabarty e outros autores do *sul global*, Simon e Tamm abordaram diretamente o âmago da matriz universalista na obra *The Fabric of Historical Time*. Conforme afirmaram: “na terceira década do século XXI, tornou-se um lugar-comum reconhecer que uma concepção homogênea do tempo histórico” relacionadas às experiências de países ocidentais “não captura a diversidade das vivências temporais” (Simon; Tamm 2023, 4):

A questão normativa central dos debates atuais sobre o tempo histórico é se devemos ver apenas um “tempo histórico” de aspirações globais – um que seja necessariamente da estrutura de desenvolvimento espacializada de “primeiro na Europa, depois em outros lugares”, como Chakrabarty expressou – ou uma multiplicidade de tempos históricos localizados. A política de ambas as opções tem possíveis armadilhas. Enquanto a opção pelo primeiro corre o risco de negar um senso de historicidade próprio de culturas fora do ocidente, a opção pelo segundo corre o risco de considerar praticamente qualquer configuração temporal que relacione passado, presente e futuro de uma forma ou de outra como histórica (Simon; Tamm 2023, 6).

A saída para o segundo problema apontado por Simon e Tamm está na subsunção da temporalidade vivida em rede e nas redes que conformam o que considero ser as *comunidades de destino*. A proposta de identificação de uma perspectiva cronocêntrica mais ou menos democrática conduz ao problema de saber como podem operar as *comunidades de destino* na ambiência digital por meio do testemunho da memória reelaborada a partir de grupos ou de *comunidades*.

Em outro momento, argumentei que as memórias verbalizadas favorecem reflexões sobre a vida em comunidade. Vale destacar que a noção de comunidade também implica comunhão, seja de sofrimentos partilhados, destinos comuns, da criação do *alegre efêmero* ou dos significados construídos coletivamente. As comunidades podem, ainda, constituir-se como coletivos de sobrevivência caracterizados pela experiência da dor lembrada em conjunto, sem a qual o grupo não seria o que é ou como é:

Comunidades são feitas da matéria de gente, e gente é feita do calor da memória. Pessoas, é claro, não são feitas somente de memória, mas é possível argumentar em favor de o humano ser *animal mnemônico* por excelência. Só existe pertencimento e laço social porque o *animal feito de memórias* é capaz de se lembrar, de imaginar, de divagar e de estabelecer horizontes para a permanência insistida no mundo.

Assim, *comunidade de destino* é parte que permanece no enlace – mesmo que alquebrada – pela elaboração conjunta dos *afetos*, dos afetados, dos *estilhados* (Seawright, 2023, p. 17).

Para Ecléa Bosi, *comunidade de destino* “significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” — neste caso, das pessoas escutadas (1994, 38). Quando se está em *rede* — tendo histórias orais disseminadas por meio da *internet*, como demonstrou de forma concreta Lucchesi em artigo já citado —, a *comunidade de fala*, ou de *destino*, faz-se pelo testemunho possível do trauma, da dor ou de experiências de temporalidades relacionais.

O contributo de Mudrovcic não se pretende imune às metáforas do tempo. Agora, porém, trata-se da metáfora da rede em que os relacionamentos se fazem possíveis:

a teoria do ator-rede nos permite usar metáforas como capilares, nervos, fios e fibras que se interconectam e fornecem uma descrição melhor das sociedades contemporâneas do que metáforas de camadas, níveis, territórios, esferas, categorias, estruturas ou sistemas (Mudrovcic 2024, 45).

Percebi aos poucos, entretanto, que a *comunidade de destino* é possível porque a temporalidade relacional se faz sustentáculo de sua existência. A junção da noção de *comunidade*, temporalidade relacional ou a existência de pessoas é possível em retomada do sentido semântico da contemporaneidade que precedeu a modernidade e foi retomado em sua crise reeditada na sociedade digital: “viver junto” ou “compartilhar o mesmo tempo”.

Entre a temporalidade da técnica, a internet das coisas, o *big data*, a algoritmia do presente — que reorganiza uma parcela da memória humana ou até mesmo da capacidade de armazenar e transferir arquivos de discos rígidos —, Silveira aborda a controvérsia e o perdão, assim como seria igualmente possível considerar o sentido original de “contemporâneo”, no qual a “metáfora da rede estava implicitamente presente: aqueles conectados por filamentos e redes de atividades viviam juntos” (Mudrovcic 2024, 49). Essa é a liga, o cimento, o *glutinum mundi* das comunidades e das reuniões de vozes ou manifestações de pessoas na sociedade digital.

Desse modo, proponho a ampliação da noção de *comunidade de destino* por meio de histórias orais que partam de humanos, mas que dialoguem inclusive com as culturas digitais. Essa proposta se torna possível em razão da virada pós-antropocêntrica que tende a entender as tecnologias digitais, ou as interconexões, como indispensáveis para conceber o presente das novas relações.

Assim como seria possível falar em superação do especismo e de uma história oral não homocêntrica, já que os seres humanos são minoria no planeta, é factível compreender as culturas digitais ou as inteligências artificiais como instauradoras de cronótopos característicos. Como existe emergência climática, há que se declarar, por exemplo, a emergência da emancipação do sujeito em função de algoritmos treinados que não deixam de atender aos interesses de *big techs* ou mesmo de proponentes de políticas autoritárias ao redor do mundo.

Da mesma forma, proponho a mitigação do tempo tripartido como presente-passado-futuro em favor do tempo relacional, em que as relações se deem entre seres humanos e não humanos; em que os contatos se deem, com as distinções devidas, entre seres humanos e máquinas. Se a *memória de expressão oral* é maleável, espiralada, nem sempre diretiva, repleta de vaivéns, é evidente que, operando em rede e no mundo digital, não pode se render ao paradoxo da exclusão por meio da inclusão ou, tampouco, aos modelos convencionais da matriz ocidental: “o passado histórico não é o outro do presente, agora que aconteceu em um momento anterior, nem o futuro é um período posterior ao

presente” (Mudrovcic 2024, 51). Mais, se “entendermos dessa forma, estaremos ‘atravessando’ apenas um dos ‘filamentos’ do tempo que compõem a comunidade temporal daqueles que vivem juntos”, porque o presente aparece como consequência de “relacionamentos que atravessam processos temporais” (Mudrovcic 2024, 51).

Quanto ao *fim* da história oral, não penso de modo algum que seja o caso. Ao contrário — o descentramento da narrativa como *fim* — é oportunidade de retomada humana e *mais do que humana*. Este texto é um convite incipiente para pensar com mais vigor sobre a relação entre humanos e outros componentes da abordagem pós-humanista: “incluindo inteligência artificial (IA), robôs, engenharia genética e o advento de possibilidades futuristas (como uma possível tomada de controle dos humanos por suas invenções mais inventivas)” (LaCapra 2018, 64).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do artigo, analisaram-se algumas das transformações da história oral na era digital ao se evidenciar como as novas tecnologias impactam entrevistas, arquivamentos e interpretações das narrativas orais. Argumentou-se, portanto, que a digitalização não apenas amplia o acesso às fontes, mas também ressignifica a relação entre historiadores e entrevistados, desafiando as concepções tradicionais sobre autenticidade ou “preservação da memória”. Além disso, discutiu-se a maneira como as plataformas digitais possibilitam novas formas de interação e colaboração, redefinindo os limites da autoria e da curadoria das histórias orais.

Outro ponto central abordado foi, não obstante, a influência dos algoritmos e da inteligência artificial na filtragem ou disseminação das histórias orais. Questionaram-se os impactos dessa mediação sobre a diversidade das narrativas. É possível argumentar que, embora a digitalização facilite de certa forma o registro de memórias, também impõe desafios éticos e epistemológicos: a manipulação dos dados, a descontextualização das falas, as *fake news* e a necessidade de garantir a integridade das fontes. Esses aspectos reforçam a importância de uma abordagem crítica e reflexiva diante do uso das tecnologias digitais na história oral.

Por fim, concluiu-se que a virada digital na história oral brasileira não deve ser vista somente como “avanço técnico”, mas como um processo que reconfigura parte relevante das práticas de pesquisa. A relação entre oralidade, memória e tecnologia exige uma percepção atenta às possibilidades e limitações do meio digital, para que se possa preservar a riqueza e a complexidade das narrativas orais sem comprometer sua autenticidade e pluralidade.

É necessária a continuidade do debate sobre o papel das tecnologias na construção do conhecimento histórico, demonstrando que a história oral permanece um campo dinâmico e socialmente relevante. Sobretudo, o estudo apresentado indica questões relativas ao pós-antropocentrismo e à superação de abordagens estritamente homocêntricas ou pautadas pela intransigência das políticas do tempo. Não é menos relevante, por fim, a abertura e a autocrítica possíveis às tendências empiristas seriamente arraigadas na cultura da acumulação, característica da voragem na “produção de fontes”.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. Ebook.
- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.
- BARROS, José D'Assunção. Revolução digital, sociedade digital e História. In: BARROS, José D'Assunção (org.). *História Digital: A Historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Petrópolis: Vozes, 2022.
- BLOCH, Marc. *Apologie pour l'histoire ou métier d'historien*. Paris: Librairie Armand Colin, 1952.
- BONALDO, Rodrigo Bragio. História mais do que humana: descrevendo o futuro como atualização repetidora da Inteligência Artificial. *História (São Paulo)*, v. 42, e2023037, 2023.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOYD, Douglas A.; LARSON, Mary A. Introduction. In: BOYD, Douglas A.; LARSON, Mary A. (orgs.). *Oral History and Digital Humanities: Voice, Access and Engagement*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.
- CARDOSO JR., Humberto R.; MUDROVCIC, María Inés; LANDWEHR, Achim. Tempos da História: Uma Visão Geral dos Estudos acerca do Tempo Relacionados à Teoria da História (Conceitos, Questões e Tendências). *Revista História (São Paulo)*, v. 42, n. 1, p. 1-20, 2023.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The Climate of History: Four Theses. *Critical Inquiry*, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.
- DOMANSKA, Ewa. Para além do antropocentrismo nos estudos históricos. *Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia*, v. 4, n. 2, p. 10-25, 2013.
- DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. *History and Theory*, v. 45, n. 3, p. 337-348, 2006.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. *Colonialismo digital: por uma crítica backer-janoniiana*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Os impedimentos da memória. *Estudos Avançados*, v. 34, n. 98, p. 45-60, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1950.
- HARTOG, François. *Regimes of Historicity: Presentism and Experiences of Time*. Tradução de Saskia Brown. New York: Columbia University Press, 2015.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, n. 4, p. 10-25, 2010.
- INCLÁN, Daniel; VALERO, Antonio. Reporte del tiempo: presente e historia. *Desacatos*, n. 55, p. 1-15, 2017.
- JHORDHEIM, Hans. Introduction: Multiple Times and the Work of Synchronization. *History and Theory*, v. 53, n. 4, p. 498-518, 2014.
- KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: For a Deconstructive Approach to the Past*. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- KUUKKANEN, Jouni-Matti. *Postnarrativist Philosophy of Historiography*. Houndmills; New York: Palgrave Macmillan, 2015.
- LACAPRA, Dominick. *Compreender outros: povos, animais, passados*. Tradução de Pedro Fonseca. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.
- LANDWEHR, Achim. Von der 'Gleichzeitigkeit des Ungleichzeitigen'. *Historische Zeitschrift*, v. 295, n. 1, p. 1-25, 2012.

- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 264.
- LUCCHESI, Anita. Conversas na antessala da academia: o presente, a oralidade e a história pública digital. *História Oral*, v. 17, n. 1, p. 45-60, 2014.
- LUCCHESI, Anita. *História, internet e novas mídias: preocupações e questionamentos para historiadores do século XXI*. Recife: EDUPE, 2022.
- LUHMANN, Niklas. *Observations on Modernity*. Tradução de William Whobrey. Stanford: Stanford University Press, 1998. p. 71.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; SEAWRIGHT, Leandro. *Memórias e Narrativas: História Oral Aplicada*. São Paulo: Contexto, 2020.
- MUDROVIC, María Inés. *Conceptualizing the History of the Present Time*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2024.
- MUDROVIC, María Inés. La trampa de las 'temporalidades múltiples': ¿se puede escrever sem cronologia? *Esboços*, v. 30, n. 55, p. 1-20, 2023.
- NORA, Pierre (Org.). *Les lieux de mémoire. Tome I: La République*. Paris: Gallimard, 1984.
- OLIVEIRA, Maria da Glória de. Espectros da colonialidade-racialidade e os tempos plurais do mesmo. *Esboços*, v. 30, n. 55, p. 310-325, 2023.
- PALTI, Elías. Koselleck-Foucault: The Birth and Death of Philosophy of History. In: ROLDÁN, Concha; BRAUER, Daniel; ROHBECK, Johannes (orgs.). *Philosophy of Globalization*. Berlin: De Gruyter, 2018.
- PORTELLI, Alessandro. Un lavoro di relazioni: osservazioni sulla storia orale. *AISO – Associazione Italiana di Storia Orale*, n. 1, p. 1-15, 2009.
- RICOEUR, Paul. A marca do passado. *História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography*, n. 10, p. 330-345, 2010.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RUFER, Mario. La temporalidad como política: nación, formas de pasado y perspectivas poscoloniales. *Memoria y Sociedad*, v. 18, n. 28, p. 10-25, 2014.
- SALOMON, Marlon. Heterocronias. In: SALOMON, Marlon (org.). *Heterocronias – estudos sobre a multiplicidade dos tempos históricos*. Goiânia: Edições Ricochete, 2018.
- SEAWRIGHT, Leandro. *Vidas Machucadas: História Oral Aplicada*. São Paulo: Contexto, 2023.
- SEAWRIGHT, Leandro; MACENO, Leonardo. História oral e sociedade digital. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 66, p. 507-510, 2023.
- SILVEIRA, Pedro Telles da. Lembrar e esquecer na internet: memória, mídias digitais e a temporalidade do perdão na esfera pública contemporânea. *Varia História*, v. 37, p. 287-321, 2021.
- SIMON, Zoltán Boldizsár. The Transformation of Historical Time: Processual and Evental Temporalities. In: TAMM, Marek; OLIVER, Laurent (orgs.). *Rethinking Historical Time: New Approaches to Presentism*. London: Bloomsbury, 2019. p. 71-75.
- SIMON, Zoltán Boldizsár; TAMM, Marek. Historical Futures. *History and Theory*, v. 60, n. 1, p. 79-80, 2021.
- SIMON, Zoltán Boldizsár; TAMM, Marek. *The Fabric of Historical Time*. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2023.
- THOMSON, Alistair. Four Paradigm Transformations in Oral History. *Oral History Review*, v. 34, n. 1, p. 1-20, 2007.
- TURIN, Rodrigo. Tempos de transição: aceleração e dessincronização social. In: VÁSQUEZ, Gabriela González; DENIPOTI, Cláudio (orgs.). *Tempos de Transição*. Porto Alegre: Editora Fi, 2019.
- WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Tradução de Lúcia Schneider Hardt. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

HISTÓRIAS ORAIS NO MUNDO DIGITAL
narrações humanas e mais do que humanas
Artigo recebido em 30/03/2025 • Aceito em 26/06/2025
DOI | <https://doi.org/10.5216/rth.v28i1.82168>
Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado